

Curso Tecnológico de Desporto

Programa de Práticas de Dinamização Desportiva

12º Ano

Autores

João Comédias
João Jacinto (Coordenador)
Jorge Mira
Lídia Carvalho

Homologação
03/07/2006

Índice

	Pág.
I – Introdução	02
II – Apresentação do Programa	05
Finalidades	05
Objectivos Gerais	05
Visão Geral dos Temas/Conteúdos	07
Sugestões Metodológicas Gerais	07
Recursos/Equipamentos	24
Avaliação	24
III – Desenvolvimento do Programa	26
IV – Bibliografia	37

I – Introdução

A disciplina de especificação é um momento particular de formação dos estudantes por se aproximar do culminar de um processo formativo progressivamente orientado para a intervenção profissional.

Este factor de aproximação ao contexto de actividade profissional não pode deixar de ser considerado como um elemento determinante a ponderar na organização de todo o trabalho para o 12º ano, constituindo-se mesmo como o principal elemento de referência para a ordenação e o encadeamento de todas as actividades proporcionadas aos formandos.

Na verdade, o principal quadro de referência para o desenvolvimento das actividades deverá ser o(s) momento(s) de participação em actividades de estágio, estruturando-se e organizando-se o conjunto das actividades formativas em consonância com aqueles momentos, em particular quando se trate do desenvolvimento de competências essenciais para o desempenho daquelas actividades.

Deverá, assim, ser o processo de estágio o primeiro e decisivo quadro de referência, tornando-se o elemento central de análise e de arrumação das restantes actividades.

O percurso anteriormente vivido pelos alunos permitiu garantir condições de mobilização de diferentes recursos num trajecto que deverá ser verdadeiramente exponenciado nas vertentes da verdadeira imersão “profissional”, nomeadamente o estágio.

As disciplinas de Organização e Desenvolvimento Desportivo (ODD) e Práticas Desportivas e Recreativas (PDR) dos 10º e 11º anos são os suportes anteriores mais directos e onde foi desenvolvido o núcleo central de competências que deveria estar consolidado nesta fase terminal do curso.

Considerando que a disciplina de ODD se prolonga pelo 12º ano, sendo, portanto, concomitante com a de especificação, foi tentado um esforço de



compatibilização e articulação de modo a que o processo formativo não apresente fontes de conflitualidade mas, pelo contrário, se vejam ampliados os seus efeitos.

O entendimento daquelas duas disciplinas como elemento nuclear da especificação não advém apenas da natureza e especificidade dos seus conteúdos, mas também das características metodológicas e do ambiente em que esses mesmos conteúdos foram desenvolvidos, sistematicamente assentes numa filosofia de trabalho de projecto.

Relembra-se que, na estruturação do curso, entenderam-se definir, como momentos cruciais e integradores, a realização de actividades “que envolvam a Escola e a Comunidade, para além das diversas actividades e projectos que o professor seleccionará e desenvolverá nos vários blocos programáticos”.

A essas actividades chamámos **Actividades Referentes**. Damos esta designação porque, por um lado, é na sua organização e realização que se pretende que os alunos “demonstrem competências fundamentais adquiridas ao longo do curso, e, por outro, é nestes processos que as diversas matérias se articulam e cruzam” (*in* Programas de ODD e PDR).

Essa forma de tratamento e integração da matéria nos anos anteriores decorreu fundamentalmente da construção de cenários de intervenção previamente estudados e seleccionados a partir da escola e da leitura feita das realidades envolventes.

O trabalho estruturou-se com base em decisões tomadas na escola (professor, órgãos de gestão e alunos), dando origem a processos de contacto e intervenção em diferentes contextos, externos à escola, mas sem tomar essa realidade como o eixo central e exclusivo de orientação das decisões.

A alteração do tipo de abordagem da realidade e espaços de intervenção marcará fundamentalmente a diferença em todos os momentos deste ano terminal do curso onde a vertente de imersão “profissional” se verificar, independentemente do modelo particular adoptado para o seu desenvolvimento.

Como está determinado, este ano orienta-se para duas especificações – a organização desportiva e a dinamização desportiva.



Interessa pois recolher, dos momentos formativos anteriores, as tónicas que servirão de suporte preferencial das especificações, de modo a que mais facilmente se oriente a escolha das realidades/actividades que suportarão o seu desenvolvimento.

Para que cada especificação se desenrole equilibradamente, deve considerar-se um tema fundamental (que representa um espaço de intervenção profissional significativo) e outro complementar. Esses temas relacionam-se e desenvolvem os respectivos blocos programáticos leccionados nos dois anos anteriores.

Desta forma, na especificação de Práticas de Dinamização Desportiva, o tema fundamental situa-se no quadro da **ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES**, tendo como tema complementar o que reporta ao bloco programático **Observação/Registo**.

Considerou-se ainda que as competências adquiridas nos blocos programáticos **Planeamento e Avaliação, Estatística e Meios Audiovisuais** são requisitos fundamentais, dada a sua natureza instrumental, para ambas as especificações.

II – Apresentação do Programa

Finalidades

A disciplina visa proporcionar ao aluno competências que lhe permitam realizar tarefas de dinamização desportiva, nomeadamente no apoio à organização de actividades físicas com naturezas, populações e contextos diversificados.

Objectivos Gerais

O aluno deverá:

1. Participar activamente, procurando o êxito pessoal, do grupo e da instituição onde está inserido, nas tarefas e actividades inerentes à sua intervenção nos diversos contextos:

- Aceitando o apoio dos companheiros nos esforços de aperfeiçoamento próprio, bem como as opções do(s) outro(s) e as dificuldades por ele(s) reveladas;
- Interessando-se e apoiando os esforços dos companheiros com oportunidade, promovendo a entreaajuda para favorecer o aperfeiçoamento e a satisfação própria e do(s) outro(s);
- Cooperando nas diversas situações, escolhendo as acções favoráveis ao êxito, à segurança e ao bom ambiente relacional na actividade que desenvolve;
- Apresentando iniciativas e propostas pessoais de desenvolvimento da actividade individual e/ou do grupo, considerando as que são apresentadas pelos companheiros com interesse e objectividade;
- Assumindo compromissos e responsabilidades de organização e preparação das actividades individuais e/ou de grupo, cumprindo com empenho e brio as tarefas inerentes;
- Combinando com os companheiros decisões e tarefas de grupo com equidade e respeito pelas exigências e possibilidades individuais.
- Analisando criticamente a sua actuação, dos parceiros e da própria instituição, respeitando e fortalecendo os seus objectivos e normas de funcionamento.



2. **Garantir a consecução dos projectos em que se insere, através de planos de concretização de actividades no âmbito das Actividades Físicas e/ou Desportivas, mobilizando os conhecimentos e competências no âmbito do Planeamento e da Avaliação.**

3. **Utilizar adequadamente os meios audiovisuais de modo a garantir os propósitos e objectivos que lhe são colocados.**

4. **Ajustar às exigências e aos propósitos dos diferentes projectos e contextos de intervenção conhecimentos e competências organizativas no âmbito das Actividades Físicas, distinguindo a especificidade de diferentes tipos de organização, adaptando-se às características próprias de cada modelo e desempenhando diferentes funções.**

5. **Identificar indicadores característicos da prestação dos atletas nas Actividades Físicas Desportivas, mobilizando as competências relativas aos procedimentos metodológicos de observação e registo, utilizando-os de forma adequada às situações de recolha e transportando os resultados de acordo com os requisitos solicitados.**

Visão Geral dos Conteúdos/Temas

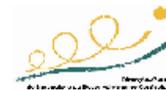
Temas	Práticas de Dinamização Desportiva
Tema Fundamental	ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES
Tema Complementar	OBSERVAÇÃO/ REGISTO
Temas comuns a ambas as especificações	PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO, ESTATÍSTICA, MEIOS AUDIOVISUAIS

Sugestões Metodológicas Gerais

Considerando os aspectos vivenciados ao longo dos dois anos anteriores do curso e as características dos processos de aproximação à realidade profissional em contexto de estágio, a disciplina de especificação deve garantir um conjunto de objectivos que se materializem em diferentes planos do processo formativo, garantindo simultaneamente processos de retroacção e de reforço e complementaridade em relação à formação já desenvolvida.

Igualmente, deverá ser palco privilegiado de sustentáculo do processo de estágio, reforçando as competências essenciais que seguramente aquele quadro de experimentação particular vai solicitar ao formando.

Assim, considerando todos os processos formativos preconizados para os dois primeiros anos do Curso, foram tomadas algumas opções que enformarão os objectivos de formação bem como o processo de desenvolvimento de competências em cada uma das especificações.



Processos de recuperação e consolidação de matérias desenvolvidas nos anteriores anos do curso

A aproximação dos momentos terminais do curso, desenvolvidos em processos de imersão em locais de exercício de actividade, aconselha a que se evite a chegada destes futuros profissionais com lacunas relevantes no seu processo de formação, independentemente do processo formativo anterior a que foram sujeitos.

Algumas dessas lacunas podem ficar a dever-se a inúmeros factores, como por exemplo, no campo do manuseamento dos procedimentos informáticos, à menor informação sobre produtos que tenham ganho alguma transformação applicativa nos últimos tempos.

As próprias condições em que a informação foi tratada em determinados blocos podem ter determinado uma menor qualidade que, em todo o caso, só ganha se for ultrapassada antes de qualquer confronto com as realidades onde tenha de vir a ser aplicada.

Por outro lado, os naturais processos de esquecimento e de ausência de contacto permanente com certos procedimentos poderão levar a uma menor retenção; assim, na disciplina de especificação, encontrar-se-á novo espaço de reactivação e consolidação de matérias de anos anteriores do curso.

Deverão portanto ser criadas no início do ano lectivo condições para que possam ser equacionados os aspectos em que os alunos se mostrem deficitários e acerca dos quais se entenda como absolutamente indispensável proceder à ultrapassagem das dificuldades detectadas.

Como algumas das competências têm de ser demonstradas no contacto com actividades que se estejam a desenrolar, tanto na sua preparação como no seu acompanhamento, enquadramento e apoio, será indispensável que os alunos sejam de imediato confrontados com uma dessas actividades.

Difícilmente tal actividade poderá ter qualquer outro tipo de enquadramento que não seja o da própria escola, não só porque não pode estar dependente da existência de terceiros e das vicissitudes do seu sucesso, como é indispensável que



esteja atempadamente programada e preparada para que se inicie com o arranque do ano escolar.

Deverá ser uma actividade que dependa apenas (ou quase em exclusividade) da própria escola para que haja garantias absolutas acerca da possibilidade da sua concretização. Ora esta característica implica igualmente que seja seleccionada uma actividade que já faça parte dos planos regulares da escola para este momento do ano lectivo, ou que o processo desencadeado pelo curso tecnológico possa proporcionar uma mais valia em relação à própria escola, cumprindo, assim, um dos seus principais objectivos enquanto curso.

Cada escola encontrará as actividades que lhe pareçam mais relevantes para a concretização dos objectivos, mas aquelas que são regularmente organizadas para receber e enquadrar os novos alunos da escola ou as que possam favorecer, desde o início, o desenvolvimento de um melhor ambiente na escola parecem ser as mais adequadas para serem apoiadas pelos estudantes da especificação, no quadro das preocupações aqui expostas e materializadas nos objectivos e nas sugestões metodológicas.

Despistadas as necessidades de formação complementar dos alunos, deve ser estabelecido, num quadro de superação, um plano que será diferenciado em cada escola e para cada grupo de alunos.

O quadro estabelecido deverá preceder a construção do programa para este bloco (Bloco Programático 1), recuperando os objectivos programáticos de cada um dos blocos onde se manifestaram as insuficiências dos alunos, sendo que, naturalmente e neste caso, os processos não terão de decorrer exactamente no mesmo ambiente em que tinham sido preconizados anteriormente.

A organização dos alunos, de modo a que seja possível atacar os aspectos de maior debilidade para cada um deles, é porventura o aspecto mais crítico, só possível de concretizar na base de uma boa especificação das dificuldades, caracterizando adequadamente o que é essencial, na base de um processo de autoformação, para o qual é suposto os alunos estarem preparados.

Esta é a primeira grande preocupação das disciplinas de especificação e que temporalmente terá de anteceder todas as outras – a despistagem dos problemas

mais significativos sentidos pelos estudantes no quadro da expressão das competências que era suposto terem adquirido nos anos anteriores e a construção dum quadro de formação que permita ultrapassar com sucesso aquelas insuficiências, antes de qualquer intervenção no desenvolvimento das restantes matérias das cadeiras de especificação e, por maioria de razão, antes de qualquer intervenção em cenário de estágio.

Processos de elaboração de mecanismos de caracterização de diferentes realidades

O momento de participação em actividades de estágio corresponde, naturalmente, a um momento decisivo para todos os implicados neste processo formativo e tem grandes repercussões naquilo que deverão ser as indispensáveis parcerias estabelecidas entre a escola e os diferentes agentes de enquadramento.

Por isso, para além, obviamente, da salvaguarda da qualidade da formação oferecida, é necessário accionar todos os mecanismos que permitam apetrechar o futuro estagiário dos instrumentos de correcta e adequada intervenção em cada uma das diferentes realidades que irá encontrar.

Trata-se de descortinar os mecanismos de potenciação dos elementos básicos do processo de planeamento e intervenção, e que sejam denominadores comuns a qualquer das realidades onde se possa desenrolar a actividade de estágio.

Ora o principal elemento que condicionará a qualidade das intervenções efectuadas será a capacidade demonstrada pelo estagiário de proceder à correcta caracterização da realidade concreta na qual passará a intervir, demonstrando inequívoca capacidade não só de diagnosticar a realidade que lhe é presente como, igualmente, de aceder de imediato e de forma estruturada às orientações daqueles que enquadrarão o período de estágio e orientarão a sua participação nas actividades que integrarão aquele mesmo estágio.

Colocam-se, portanto, necessidades generalizadas de iniciar o processo de estruturação da intervenção requerida a cada um, o que só poderá ser levado a bom porto se forem equacionados os principais aspectos que caracterizam cada uma das realidades.



É possível antecipar que as solicitações que cada uma das entidades fará a cada estudante estabelecerão níveis de decisão e de compromisso completamente variados.

Todavia, independentemente dessas solicitações, a correcta e adequada caracterização da realidade é o passo fulcral que deve conduzir os formandos para os seus momentos posteriores de formação. Não será demais reafirmar que este será o único momento do processo formativo ao longo do ano escolar que encontra os vários formandos num plano relativamente idêntico e com o mesmo tipo de necessidades de resposta.

Deverá assim ser salvaguarda neste bloco a aquisição de competências relativas à caracterização de qualquer realidade, sabendo identificar todos os aspectos mais marcantes e significativos quer da instituição, quer dos mecanismos específicos de formação.

A construção dos instrumentos de caracterização dessas realidades deverá ser o principal objectivo deste bloco, recuperando e aprofundando no sentido ainda mais operativo aspectos tratados no bloco de Planeamento e Avaliação.

Créditos

Em períodos anteriores da formação assumiu-se a necessidade de promover a participação dos formandos em actividades com características substancialmente diferentes dos blocos estruturantes das cadeiras de ODD e PDR, no sentido de lhes proporcionar um conjunto de vivências no quadro das actividades físicas, que elevassem significativamente o seu leque de experiências pessoais e lhes aumentassem o nível de conhecimentos em diferentes quadros organizativos dessas mesmas actividades.

No âmbito da estrutura programática, foi sugerido que essas actividades se encontrassem no seio das que mais dificilmente podem ser realizadas na instituição escolar, aumentando, também dessa forma, o leque e a abrangência de cenários onde o formando se veria envolvido.

Em simultâneo, serviriam igualmente essas actividades para potenciar no formando, pela vivência *in loco* e por a elas estar sujeito como agente directamente



interveniente, o estudo das condições de organização e segurança implicadas no desenvolvimento daquelas actividades.

Este tipo de solicitações sugeria um típico cariz de enriquecimento curricular.

No mesmo quadro, sugeria-se igualmente que fossem encontradas oportunidades para que os formandos adquirissem novos e específicos conhecimentos em áreas onde fosse inclusive possível obter habilitação certificada, não só alargando as suas competências, como permitindo-lhe desde logo a aquisição de reconhecimentos de tipo profissionalizante.

Deverá ser nesta dupla lógica, e de acordo com o percurso anteriormente concretizado, que deve ser dinamizado este bloco de matéria.

Recuperando as mesmas preocupações, devem encontrar-se as actividades onde se verá com maior acuidade a concretização da aquisição das competências que, neste momento, serão ainda mais evidentes para os formandos, fruto do trajecto entretanto efectuado.

Actividades de complementaridade

No decurso das actividades formativas ao longo do curso, vários foram os momentos e as oportunidades em que os formandos foram devidamente enquadrados nas suas actividades curriculares, para participarem na estruturação e no desenvolvimento de realizações com determinado tipo de características.

Não é naturalmente possível garantir (nem tal seria expectável no quadro de formação desde sempre preconizado) que algumas dessas actividades não tenham tido características muito diferenciadas, de formandos para formandos, de acordo com as opções e as oportunidades que cada escola encontrou e conseguiu potenciar.

Tal facto em nada compromete os objectivos essenciais preconizados e não está portanto em questão a aquisição das competências fundamentais que o curso se propunha alcançar.

Não sendo portanto essa a questão, trata-se de qualquer forma de promover o exercício mais diferenciado possível de actividades por parte dos formandos para que seja possível garantir o seu contacto directo e supervisionado com o máximo de experiências possível, garantindo a sua abordagem em contextos diferenciados, característica fundamental para o ganho e a consolidação das competências que este curso, na sua globalidade, pretende desenvolver.

Será então objecto deste bloco recuperar as experiências onde o estudante participou e garantir que se estruturam algumas dessas actividades, mas com as características onde não foi possível que o formando tivesse tido intervenção.

Ou seja, se por exemplo uma das actividades onde foi possível a integração dos estudantes foi uma competição de desportos colectivos, deverá agora ser lançada uma nova actividade com características estruturais semelhantes mas onde, por exemplo, a tipificação da actividade seja os desportos de raquetas.

Se existiu uma predominância de intervenção em actividades onde o público-alvo era de principal incidência juvenil, deveria ser ponderada a possibilidade de uma organização que implicasse o relacionamento mais directo com os problemas de organização e acompanhamento de actividades para populações adultas.

Tornar-se-á assim possível diversificar e alargar os contextos de desenvolvimento e demonstração das competências, e preparar o formando para os diferentes cenários onde será admissível a sua participação futura, nos primeiros momentos de acesso a estruturas organizativas onde já tenha de desempenhar a sua actividade profissional.

A elaboração do Dossier do aluno

Na linha do tipo de estrutura enquadradora de todas actividades ao longo das disciplinas de ODD e PDR – as ACTIVIDADES REFERENTES – na disciplina de especificação, por maioria de razão, ganha sentido a dinamização de um processo idêntico.

Não deve também ser esquecida a realidade global deste ano para os estudantes, já que todos eles continuam a desenvolver tarefas na cadeira de ODD (para além das restantes disciplinas a funcionarem simultaneamente) numa



coexistência que, devendo ser o mais benéfica possível para ambas, pode, não devemos negá-lo, provocar momentos de alguma conflitualidade.

Assim, considerando que a actividade referente de ODD é a elaboração de um **Dossier**, sugerimos que, por essa razão, mas igualmente pelas enormes virtualidades que encerra e pelo claro ajustamento ao tipo de disciplinas como as de especificação, também aqui será privilegiada, alimentada e exigida essa construção, ao longo do ano lectivo, para que seja uma plataforma de referência do trabalho desenvolvido ao longo do(s) ano(s) e suporte na futura actividade profissional.

Este dossier deve permitir a arrumação de todos os aspectos considerados pertinentes directamente ligados com o objecto de intervenção, como também deverá equacionar as possibilidades de reservar os diferentes elementos de informação entretanto encontrados.

A sua construção deve pautar-se por uma enorme flexibilidade, quanto aos momentos e formas de dar corpo ao dossier, que não quanto à oportunidade e características fundamentais do mesmo.

Todos os intervenientes neste processo são livres e cúmplices da construção de cada dossier, alimentado à medida das necessidades de cada elemento visto individualmente, mas igualmente enriquecendo o colectivo.

No final do ano lectivo e na perspectiva de animação da comunidade e de valorização da escola e do curso, devem potenciar-se formas de apresentação pública do trabalho desenvolvido, envolvendo todos os intervenientes do processo formativo.

A articulação com as outras componentes da Área Tecnológica Integrada

A articulação entre as várias componentes da ATI – Especificação, Estágio, Projecto Tecnológico –, e destas com a Prova de Aptidão Tecnológica (PAT) e também com a disciplina de ODD (12º ano), deve ser uma prioridade do desenvolvimento curricular neste último ano do curso tecnológico. Prioridade a ser assumida pelo professor aquando da concepção e elaboração do plano de turma, de

forma que a gestão do ano integre, de uma forma coerente e não conflituosa, os objectivos e as matérias destas componentes, bem como os vários processos de trabalho propostos e desenvolvidos pelos professores e alunos.

O desenvolvimento do currículo, neste ano em particular, deve ser para os alunos um processo fluido e não um somatório de objectivos e actividades. A variedade e a dimensão das várias componentes da ATI e a natureza (e responsabilidade) deste ano final de curso, implicam que os processos sejam eficazes no sentido do sucesso dos alunos. A eficácia, neste caso, relaciona-se evidentemente com a qualidade dos processos formativos, mas depende em grande parte da coerência e articulação dos procedimentos de desenvolvimento curricular.

Como já foi referido anteriormente, as actividades referentes são elementos nucleares e estruturadores do currículo. Neste ano lectivo a elaboração do Dossier do Curso Tecnológico pode e deve ser assumido como um dos elementos que possibilitam e viabilizam a articulação e integração das várias componentes da ATI. Embora a característica deste produto (e processo) da actividade formativa seja de alguma forma uma síntese de todo o curso, os alunos, conforme a sua especificação e tendência de estudo, podem desenvolver e aprofundar a matéria (área/tema) que para eles seja mais significativa.

O importante é definir e utilizar elementos que possam ser comuns a todas as componentes da ATI, de forma que a integração e articulação seja uma realidade efectiva. O exemplo que apresentámos do Dossier pode ser uma das soluções.

A orientação do processo de Estágio

A actividade a desenvolver na orientação de estágio pelo professor da disciplina de especificação não pode ser de antemão determinada. Em rigor, tal só é plenamente possível com a determinação dos diferentes contextos de actividade para os diferentes alunos e das condicionantes daí decorrentes.

É todavia desejável que se determinem alguns padrões dessa intervenção que podem servir como referência para o tipo de solicitações a que os docentes desta disciplina irão estar sujeitos.

A caracterização aqui apresentada tem, entre outros, o objectivo de permitir referenciar alguma da organização a que a ATI tem de responder e algumas das necessidades em termos de cativação de recursos e respectivas formas de utilização e potenciação.

É fundamental recordar a opção anteriormente apresentada como tónica primordial de desenvolvimento da componente tecnológica do curso, ao optar-se por um envolvimento o mais dilatado possível com a realidade laboral, independentemente dos diferentes contextos em que tal pode ocorrer.

Essa opção tem naturalmente reflexos ao nível dos diferentes níveis de organização da ATI e desde logo no tipo de tarefas que deverão ser solicitadas aos professores, tarefas essas que, naturalmente, não poderão ser desligadas das que lhes estão na origem, por serem aquelas que determinam a actividade primordial dos alunos. Deverão por isso ser vistas de forma completamente ligada e interdependente.

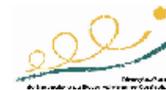
Caracterizemos então aquilo que parecem ser as três grandes formas de intervenção reservada ao professor para o adequado desenvolvimento do estágio.

1 – Acompanhamento directo do formando no contexto específico de intervenção

Este tipo de actividades, sendo naturalmente primordiais, uma vez que determinam muito do essencial das actividades formativas, indicia também as restantes formas de mobilização do professor no estágio.

Todavia, existe um conjunto de condicionantes que têm de ser devidamente ponderadas e consideradas caso a caso, pois cada uma das realidades (e o seu conjunto em cada escola) determinará a forma mais adequada de concretizar o acompanhamento dos formandos *in loco*.

Desde logo deve ser considerado o tipo de protocolo estabelecido entre a instituição e a escola e o que nele ficou consignado quanto ao papel desta e dos docentes directamente ligados à disciplina.



É provável que na mesma instituição possam decorrer outras acções igualmente ligadas à escola e a outras disciplinas do Curso Tecnológico (ODD e PDR) acompanhadas por outros docentes.

Vem aliás este aspecto chamar a atenção para a necessidade dos protocolos celebrados com as diferentes instituições equacionarem diferentes possibilidades de colaboração, num acordo o mais global e abrangente possível, de modo a cobrir não só actividades previsíveis, como deixar em aberto situações impossíveis de prever aquando da celebração do protocolo.

Entre os aspectos mais importantes que devem ser equacionados em torno do protocolo é o tipo de enquadramento institucional que está reservado pela instituição acolhedora para o formando. A existência de um responsável directo, bem como o tipo de estrutura onde se desenvolve a actividade condicionarão o modo de relacionamento do docente da disciplina com a instituição.

De qualquer forma, é sempre de ter presente que, para além de equacionar formas de acompanhamento das diferentes tarefas dos formandos, é absolutamente indispensável tentar recolher informações de outros agentes com quem os alunos se relacionam.

Neste sentido, devem ser considerados tanto aqueles com quem o formando funcionalmente se relaciona, como também aqueles a quem eventualmente presta serviço. Igual procedimento deve ser sugerido ao formando no sentido de ele próprio não deixar de recolher o máximo de informação possível, elementos estes que muito enriquecerão o dossier/relatório a elaborar, como permitirão, da informação advinda de várias vias, enriquecer o processo formativo e igualmente potenciá-lo no inevitável processo avaliativo.

2 – Atendimento dos formandos em momentos especialmente colocados no horário

Este tipo de actividade requer a possibilidade de o docente estabelecer no seu horário um ou mais períodos fixos em que está especialmente disponível para atender os seus estudantes em formação e responder aos problemas que os mesmos tenham para colocar.



Este tipo de atendimento pode ter os desenvolvimentos mais diversos, exactamente decorrentes das questões levantadas pelos estudantes, desde resolver de imediato problemas colocados, até encontrar em conjunto soluções ou caminhos para a resolução de dificuldades detectadas ou, mesmo, até ao encaminhamento para outros docentes, para outras entidades ou para a procura de elementos que ajudem a dar a melhor solução para as dificuldades colocadas pelos formandos.

Esta prática obriga a que, para além da disponibilidade de horário, exista um local de atendimento e que os formandos tenham perfeita noção deste recurso regularmente colocado à sua disposição em termos formais.

Não é de desprezar a possibilidade de ligação entre este procedimento, o já anteriormente analisado e o que se descreve em seguida.

3 – Reunião periódica com os formandos – recolher, organizar e fornecer informação

Embora formalmente se estruture na organização escolar da mesma forma que o referido anteriormente, o tipo de preocupações e objectivos subjacentes a este tipo de actividade é completamente diverso.

No anterior, a presença do professor era vista na verdadeira essência de um recurso colocado à disposição dos estudantes sem qualquer compromisso previamente estabelecido e estando a origem da decisão do encontro no aluno e partindo igualmente deste o tipo de solicitações que desencadearão as acções encontradas como adequadas conjuntamente.

Neste plano de intervenção não fica ao arbítrio de ninguém o encontro entre os diferentes alunos e o docente da disciplina. Assim, para esta reunião periódica deve ser utilizada parte das 24 horas de gestão flexível previstas no regulamento de estágio dos cursos tecnológicos.

Trata-se portanto de uma agenda estabelecida previamente, pelo que na sua determinação devem ser cuidadosamente levadas em conta as diferentes realidades vividas pelos formandos e as características específicas de cada projecto, que naturalmente pode ter e certamente terá alterações ao longo do período de estágio.



Temos, portanto, que com regularidade se procederá a este encontro do conjunto da turma, o que implica que previamente também esteja clarificado o tipo de intervenção que cada um dos intervenientes deverá ter nestas sessões.

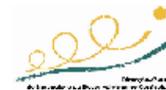
Cabe ao professor fundamentalmente criar um espaço privilegiado de intercomunicação entre os formandos, de forma a não só tomarem contacto com as diferentes realidades que estão a ser vividas e que posteriormente podem ser encontradas por cada um deles, como, e principalmente, criar um espírito de comunhão em relação aos problemas detectados e na busca de soluções para esses mesmos problemas.

Nestes momentos está também um espaço privilegiado para recolher de forma mais sistematizada informação acerca de todos os projectos em desenvolvimento e também de forma sistematizada fornecer informação que, por um lado, resolva ou ajude a resolver problemas específicos colocados por um formando e que, por outro, permita a extrapolação para outros aspectos relacionados que, sem aplicação imediata, se revelarão indispensáveis no futuro.

Não será igualmente de desprezar a possibilidade de, perante determinados problemas colocados, organizar formas de recolha de informação mais sistematizada e a disponibilizar posteriormente pelas formas consideradas mais convenientes e interessantes, recolha e sistematização essa que tanto pode ter o principal suporte no professor como este pode organizar o conjunto dos alunos para proceder a essas recolhas e posterior sistematização.

Será absolutamente natural que, em determinados momentos e perante aspectos considerados nucleares, o professor entenda reservar algum deste espaço para fornecer informação no sentido mais “tradicional” do termo, permitindo ao conjunto dos alunos aceder a essa informação, considerada relevante, independentemente de se mostrar imediatamente necessária para o desenrolar da totalidade dos projectos em presença.

De igual forma, e perante um ou vários aspectos levantados, este poderá ser um espaço privilegiado para organizar sessões dinamizadas por outros especialistas, que, ao mesmo tempo que equacionam e resolvem problemas dos projectos dos formandos, podem servir para dinamizar a escola e a comunidade e



para aumentar o caudal de ligação entre as diferentes realidades implicadas. Mais uma vez parece ser evidente e indispensável a ligação entre os professores das diferentes disciplinas do curso, pois dessa forma potenciam-se as iniciativas levadas a cabo em cada uma delas, o que tornará mais dinâmico e profícuo o trabalho realizado e ajudará cada um dos anos a perspectivar mais adequadamente o conjunto das tarefas e iniciativas do curso.

Quase desnecessário se torna referir que as actividades a produzir pelos alunos estão em completa interdependência com as que acabámos de referenciar para os professores.

A ordem pela qual são apresentadas não deve mesmo levar a qualquer interpretação errónea de quem deve ter a primazia do seu desencadear. Como já se verificou, essa determinação não tem qualquer sentido unívoco, antes dependerá das circunstâncias, dos momentos e das estratégias encontradas pelo grupo e, naturalmente, pela forma como o professor equaciona todo o desenvolvimento do curso.

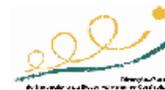
Todavia, tal como foi concebido para o professor, podem aqui encontrar-se algumas formas típicas de trabalho a desenvolver pelos alunos e sobre essas é igualmente possível tecer alguns breves comentários. Estes devem ser vistos numa total ligação com os que antes tecemos para os professores e nessa dinâmica deve consistir o essencial do funcionamento da ATI.

Vejamos então as situações típicas de formação que retomam o quadro geral de funcionamento da ATI, tendo por referência fundamental a actividade dos professores, mas desta feita focada no papel que se deseja fortemente interventivo e actuante dos alunos no seu próprio processo formativo.

1 – A actividade na instituição

Naturalmente que a principal e determinante tarefa que se coloca aos estudantes é o seu desempenho no(s) local(ais) onde se desenvolve a actividade que lhe for determinada pela escola.

Nesse contexto, naturalmente estruturado e organizado em torno de uma realidade já existente nesse local/instituição, o formando deverá desempenhar as



tarefas que lhe forem cometidas, enquadrando-se, quando for caso disso, numa equipa de trabalho ou desempenhando-as de forma isolada.

Independentemente do desempenho concreto de tarefas e da forma como for promovido o seu enquadramento na instituição, o estudante deve proceder a uma adequada caracterização do local de intervenção, bem como do projecto em que se vai inserir.

Deve claramente separar-se o que devem ser as responsabilidades de dinamização e enquadramento do projecto (que naturalmente competem aos seus dinamizadores e supervisores do formando), das solicitações feitas ao estudante para que demonstre ter um razoável conhecimento desse mesmo projecto, de modo a contextualizar adequadamente as tarefas que lhe são cometidas e assim poder equacionar devidamente as consequências e relações com os demais intervenientes.

Esta tarefa deve ser equacionada relativamente a todos os contextos onde o formando vai intervir mas, naturalmente, deve carecer de uma atenção particularmente cuidada no início do estágio, momento em que, de uma forma conjugada, os diferentes formandos conhecerão as realidades onde irão intervir.

2 – Momentos formais de busca de apoio individualizado

Ao longo da intervenção deparar-se-ão ao formando um conjunto de dúvidas e dificuldades do mais variado tipo, para as quais importa criar condições para uma serena e ponderada resolução.

Essas dificuldades têm, naturalmente, inúmeras formas de serem apoiadas, formas essas situadas em diferentes locais e tendo como principais interlocutores diversos intervenientes neste processo.

Uma dessas formas, a que importa dar particular atenção, é a criação de mecanismos que permitam aos estudantes “socorrer-se” do seu professor de uma forma espontânea e por si controlada nos momentos que considerar óptimos e necessários.



A possibilidade de saber da disponibilidade efectiva do seu professor em determinados momentos da semana, devidamente calendarizados, será certamente fonte de aumento de confiança e segurança no trabalho a desenvolver.

Assim, os estudantes devem ser incentivados a, nos momentos determinados, saberem recorrer ao professor como um elemento decisivo de ultrapassagem de dificuldades detectadas e de desenvolvimento do projecto.

Neste tipo de solicitação, o estudante não deve procurar informações demasiado detalhadas e aprofundadas que exijam do professor uma preparação especial ou alguma recolha particular de documentação que suporte as solicitações do aluno.

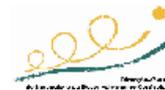
Se surgir, de facto, tal necessidade, essa solicitação deverá ser materializada e o professor, posteriormente, tentará encontrar os elementos que entenda como necessários sendo que, em nova sessão do mesmo tipo, poderá ser fornecida a informação ou os eventuais elementos a partilhar.

Todavia, a principal preocupação transportada pelos estudante para este tipo de apoio deverá ser a do encaminhamento ou procura de soluções que ajudem a desbloquear problemas concretos surgidos ou a necessidade de receber referências de pesquisa e/ou consulta que apoiem as actividades entretanto em desenvolvimento.

Não deve ser esquecido que este tipo de apoio não é o mais habitual no ensino secundário, sendo por isso igualmente necessário educar o aluno no sentido de saber enquadrar adequadamente este tipo de apoio, saber potencializá-lo e não confundir a sua oportunidade com outros igualmente disponíveis mas com objectivos e formas de actuação diferenciados.

3 – Momentos de partilha, apresentação e tratamento de informação

A diversidade de experiências vividas pelos diferentes estudantes de um mesmo ano não é possível de partilhar na totalidade, pois torna-se impossível a passagem de todos os estudantes pelos diferentes locais de intervenção.



Esta é uma situação típica de organizações pedagógicas como aquela que caracteriza a ATI, como aliás em alguns momentos (embora num plano menos vincado) tal tinha acontecido com outras disciplinas ao longo do curso.

Sendo todavia uma situação inultrapassável, não deixa contudo de ser absolutamente razoável a necessidade de criar mecanismos que permitam a cada um e à totalidade dos estudantes a comunhão e partilha das diferentes experiências vividas.

Tal deve igualmente ser realizado num quadro em que essa partilha dos sucessos e das dificuldades se possa constituir como um verdadeiro pólo de formação dos estudantes.

Assim, é absolutamente indispensável criar espaços no horário escolar onde os diferentes estudantes possam estar presentes para que a cada um seja dada oportunidade de apresentar os aspectos mais relevantes da situação de intervenção em que está envolvido.

Ao fazê-lo, está simultaneamente a dinamizar a formação dos seus companheiros e estará igualmente mais receptivo e apto a receber deles mesmos uma informação em tudo semelhante nos objectivos, mas na generalidade diferenciada e enriquecedora.

Igualmente estarão criadas condições para que o grupo partilhe os sucessos e as boas soluções, comprometendo-se na busca de soluções para as dificuldades encontradas por qualquer dos intervenientes.

Também nestes momentos poderão ser solicitadas ao estudante pesquisas e recolhas de informação que possam contribuir para a ultrapassagem das questões ali equacionadas, bem como a sistematização das informações do professor, quando por aquele for entendido como adequado e oportuno a transmissão de determinada informação que, no essencial, se aplique a todos os intervenientes.

Este tipo de momentos de formação deverá ser realizado ao longo de todo o estágio com a mesma regularidade, embora possa acontecer que, em determinados momentos, a sua periodicidade possa ser aumentada, como será eventualmente o caso mais evidente do momento que antecede as primeiras intervenções, mas em

que já haverá da parte dos estudantes informações sobre os locais de intervenção bem como do essencial das tarefas que lhes serão destinadas. Assim, para esta reunião periódica deve ser utilizada parte das 24 horas de gestão flexível previstas no regulamento de estágio dos cursos tecnológicos.

Naturalmente que a maior ou menor antecipação das possibilidades formativas destes momentos estará na forma como os estudantes conseguirem ser mobilizados para as vantagens destes espaços e momentos formativos, bem como na capacidade de professor e alunos em lhes darem verdadeiro sentido, nomeadamente na procura de soluções para os problemas de cada um dos formandos e da sua adequabilidade a cada situação concreta.

Recursos/Equipamentos

- Sala de aula equipada com 4 computadores (com os programas necessários e preferencialmente ligados em rede e à Internet) e equipada com armários.
- Possibilidade de utilização da Sala de Informática e/ou Centro de Recursos (com ligação à Internet).
- Meios audiovisuais:
 - 4 câmaras, 2 gravadores, 2 monitores;
 - 4 máquinas fotográficas
 - 1 aparelhagem sonora
- Material necessário (bens de consumo) de Secretariado, para organização das diferentes actividades.
- Facilidades de transporte e acesso a diferentes locais.

Avaliação

De forma a garantir a coerência do processo ensino-aprendizagem, os procedimentos de avaliação deverão garantir as características pedagógicas próprias da especificidade desta disciplina e que constituem o eixo central do seu desenvolvimento – a aproximação à imersão na realidade profissional.

A avaliação das aprendizagens dos alunos deverá ser orientada por um conjunto de princípios básicos: a sua função formativa, a diversificação dos instrumentos e dos intervenientes e a autenticidade.

Tratando-se de uma disciplina em cujo desenvolvimento tem forte peso a metodologia de trabalho de projecto (característica já vincada nas disciplinas de ODD e de PDR) e a variedade dos contextos que os alunos devem integrar ao longo do ano, a diversificação dos instrumentos de avaliação e o acompanhamento sistemático da actividade dos alunos assume papel de relevo.

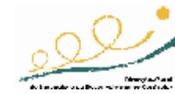
Assim, sugere-se que, para além de outros, se utilizem registos de observação, relatórios, dossiers/portefólios, de modo a facilitar a tarefa de acompanhamento e controlo do professor, possibilitando a cada aluno corrigir e aperfeiçoar sistematicamente as suas atitudes, os seus conhecimentos e as suas competências.

Neste processo de recolha de informação por parte do professor, não devem deixar de ser considerados os seguintes elementos fundamentais:

- a apreciação da qualidade e pertinência da caracterização que cada grupo de formandos realiza das realidades;
- a apreciação da qualidade da apresentação, justificação e crítica das actividades que desenvolvem, particularmente nos momentos previstos para esse efeito;
- a construção e apresentação do **Dossier**.

A selecção dos critérios de avaliação da disciplina de especificação deve decorrer dos seus objectivos gerais, devidamente esclarecidos e debatidos com os alunos.

O nível de sucesso ou desenvolvimento do aluno corresponde à qualidade revelada na interpretação das competências que daí decorrem, principalmente, mas não exclusivamente, na preparação e concretização das actividades a desenvolver, segundo critérios de avaliação estabelecidos pelo grupo disciplinar e pelo professor.



III – Desenvolvimento do Programa

**12º ANO – COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER; OBJECTO/MATÉRIA;
SUGESTÕES METODOLÓGICAS**

BLOCO PROGRAMÁTICO

1

RECUPERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PROGRAMÁTICO

Estando esta unidade programática prevista para o início do ano lectivo, propõe-se que o professor organize um período de avaliação inicial que possibilite:

- Identificar aspectos críticos relacionados com o conjunto das competências referentes aos blocos de matéria dos 10º e 11º anos deste curso (disciplinas de ODD e PDR), nomeadamente: “organização de actividades – de promoção da actividade física e competitivas formais” e “observação e registo”. Neste processo de avaliação inicial, as competências básicas, de suporte deste curso, como as referentes ao “planeamento e avaliação”; à “estatística” e aos “meios audiovisuais”, devem ser igualmente objecto de revisão.

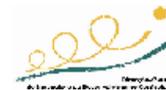
- Organizar um processo intensivo de recuperação e consolidação do conjunto das competências em que os alunos revelaram maior dificuldade. Este processo pode e deve equacionar a necessidade de se desenvolverem estratégias de diferenciação pedagógica (por grupos de alunos).

O desenvolvimento deste bloco programático faz-se em duas fases.

1- a organização, da responsabilidade dos alunos, de uma ou mais actividades que correspondam às características das actividades dos blocos de matéria atrás referidos, para que o professor possa identificar as competências a recuperar ou a consolidar;

2- a organização, por parte do professor, de um processo intensivo de ensino-aprendizagem das competências em que os alunos revelaram maiores debilidades. É previsível, nesta fase, que o professor tenha que organizar o seu trabalho por grupos de alunos (diferenciação de ensino), de forma a garantir a ultrapassagem das dificuldades de cada um.

A construção do programa deste bloco – competências e objecto/ matéria, por decorrer de um processo de avaliação inicial, só pode ser feita por cada professor em cada escola. As referências para essa construção são as competências e o objecto/matéria, com necessidades de recuperação ou consolidação, inscritos nos blocos programáticos dos 10º e 11º anos deste curso (disciplinas de ODD e PDR).



COMPETÊNCIAS	OBJECTO/MATÉRIA
COMPETÊNCIAS DOS BLOCOS DE MATÉRIA DOS 10º E 11º ANOS (DISCIPLINAS DE ODD E PDR) CONSIDERADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INICIAL, A RECUPERAR/ CONSOLIDAR.	OBJECTO/MATÉRIA CORRESPONDENTE ÀS COMPETÊNCIAS SELECIONADAS DOS DIVERSOS BLOCOS DOS 10º E 11º ANOS (DISCIPLINAS DE ODD E PDR).

SUGESTÕES METODOLÓGICAS
<p><i>A concretização do objectivo deste bloco pressupõe que, partindo da prática dos alunos (organização de actividades), o professor identifique (avaliação formativa) as competências fundamentais a recuperar.</i></p> <p><i>As actividades de referência para este processo devem permitir a demonstração das competências essenciais desta especificação – as que dizem respeito à organização de actividades, tanto as de promoção da actividade física como as competitivas formais. Sugere-se que se privilegiem actividades que façam parte dos planos regulares da escola e que, pela sua natureza diversificada, facilitem a concretização dos objectivos deste bloco – a recuperação e consolidação de competências tratadas em anos anteriores.</i></p> <p><i>Na impossibilidade da realização destas actividades, podem equacionar-se processos de simulação dentro da turma. Deste modo, o trabalho dos alunos situa-se fundamentalmente nos aspectos de preparação e organização da actividade (que não será realizada no âmbito desejado) e não nos aspectos de realização e acompanhamento da própria actividade. Neste caso, a exigência essencial e a atenção do professor deverá incidir na fundamentação das opções dos alunos. É evidente que este processo deve ser considerado como recurso já que é mais pobre que o preconizado inicialmente.</i></p> <p><i>Após a avaliação inicial, o professor deve organizar um conjunto de actividades formativas que permitam, de forma adequada às dificuldades detectadas, recuperar os alunos nas competências consideradas. Certamente que esta recuperação/consolidação implica estratégias de diferenciação pedagógica, ao nível dos objectivos e estratégias de ensino, sugerindo-se que o professor organize grupos de alunos de acordo com as dificuldades identificadas.</i></p> <p><i>Devem considerar-se as sugestões metodológicas inscritas na segunda parte dos programas de ODD e de PDR dos blocos programáticos em causa.</i></p>

BLOCO PROGRAMÁTICO

2

CARACTERIZAÇÃO DAS REALIDADES DE INTERVENÇÃO

CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PROGRAMÁTICO

Esta unidade programática deve anteceder os processos de estágio, devendo o professor garantir, na gestão do seu plano anual, que as competências inscritas neste bloco programático sejam adquiridas antes desse processo.

Importa aqui recuperar e aprofundar as competências inscritas no Bloco Planeamento e Avaliação em ODD no 10º ano, nomeadamente no que se refere à importância dos processos de avaliação na organização da intervenção profissional numa determinada realidade.

COMPETÊNCIAS

2.1. O aluno compreende a importância dos processos de avaliação como ponto de partida essencial para a intervenção profissional.

2.2. O aluno identifica os objectos fundamentais para caracterizar uma determinada realidade.

2.3. O aluno utiliza adequadamente instrumentos e procedimentos de análise dos contextos onde irá intervir.

OBJECTO/MATÉRIA

- A noção genérica de avaliação. A relação entre a interpretação das informações recolhidas e a tomada de decisão.

- A caracterização da realidade como ponto de partida ou condição para uma intervenção adequada e eficaz.

- A caracterização institucional. Diversos ângulos de análise, nomeadamente do ponto de vista organizativo e do ponto de vista funcional. A caracterização dos recursos humanos e materiais.

- Os processos de recolha, organização e tratamento da informação.

- Os instrumentos de análise da realidade: pesquisa documental; processos de inquirição – entrevista e questionário; etc.

SUGESTÕES METODOLÓGICAS

Como referimos nas condições de desenvolvimento programático, este bloco deve anteceder o processo de estágio. Trata-se de apetrechar e mobilizar os alunos para, conhecida a instituição onde vão intervir (estágio), partirem para a correcta caracterização da realidade em que vão intervir, não só caracterizando a realidade institucional como, e principalmente, caracterizando de forma cuidada e pormenorizada a realidade próxima do projecto que vão desenvolver, de modo a antecipar e preparar essa mesma intervenção.

No início deste bloco, o núcleo central da actividade desenvolvida pelos alunos são os procedimentos e instrumentos de recolha da informação necessária à caracterização do contexto. Numa fase seguinte, os alunos deverão dirigir-se às instituições nas quais vão intervir, procurando aí os elementos necessários ao desenvolvimento da tarefa que têm em mãos.

No desenvolvimento deste processo de caracterização da realidade, haverá necessariamente momentos de acompanhamento mais personalizado (pequenos grupos), no sentido de se adequar a caracterização aos diversos contextos. As especificidades de cada realidade devem ser objecto de atenção dos alunos e do professor.

*O desenvolvimento deste bloco programático terá como produto final **um documento de caracterização dos contextos onde os alunos ou grupo de alunos irão intervir**. Este processo e o produto deverão ser o objecto de avaliação preferencial deste bloco, uma vez que se consideram essenciais na preparação para o estágio.*

BLOCO PROGRAMÁTICO

3

ACTIVIDADES COMPLEMENTARES

CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PROGRAMÁTICO

Esta unidade programática tem como objectivo o reforço das competências relativas tanto à Organização de Actividades de Promoção da Actividade Física como à Organização de Actividades Competitivas Formais. Nos 10º e 11º anos os alunos deste curso organizaram e realizaram duas Actividades Referentes – AR2 e AR3, cujas competências essenciais se situam no âmbito destes dois blocos programáticos. Pretende-se agora retomar a organização dessas actividades, mas utilizando modalidades/matérias diferentes das utilizadas nessas actividades referentes. Por exemplo, se na Actividade Referente relativa à Organização de Actividades Competitivas Formais se organizou um torneio de Jogos Desportivos Colectivos, trata-se agora de organizar, por exemplo, um torneio escada de Desportos de Raquetas.

COMPETÊNCIAS

3.1. O aluno compreende a relação entre os diferentes tipos de organização das actividades físicas e as características da população a que se destinam.

OBJECTO/MATÉRIA

- Características genéricas das populações especiais: deficientes, idosos e crianças.
- Actividades recomendadas e prejudiciais.
- Condições de segurança na actividade, relacionadas com o tipo de população-alvo.

- Aspectos específicos no planeamento e na organização de actividades:
 - Calendarização.
 - Divulgação e propaganda.
 - As inscrições e as condições de participação.
 - Os seguros das actividades.
 - A preparação das instalações e dos equipamentos afectos ao evento, de acordo com o tipo de prática.
 - Os transportes.

3.2. O aluno domina os procedimentos de organização necessários à realização de actividades de promoção da Actividade Física, respeitando a sua especificidade.

3.3. O aluno organiza, nas actividades seleccionadas, diferentes quadros competitivos, respeitando as características próprias de cada modelo e seleccionando adequadamente o que melhor responde aos objectivos preconizados para a competição.

3.4. O aluno desempenha diferentes papéis (funções) envolvidos na organização de actividades, aplicando as regras e os procedimentos que lhe permitam realizar estas funções com eficácia.

3.5. O aluno identifica recursos necessários e instalações, próprios das actividades formais

- Os prémios e os certificados.
- Aspectos específicos no planeamento e na organização de actividades de promoção:
 - A preparação de espaços não codificados.
 - Aspectos específicos do relatório da actividade. Os indicadores de sucesso da actividade.
- Aspectos gerais da institucionalização das competições.
- Os diferentes quadros competitivos – a *poule*, as eliminatórias, o sistema misto, o torneio escada...
- Os objectivos a que melhor responde cada modelo competitivo; critérios para a escolha.
- Espaços não previamente codificados de prática: o corta-mato, a prova de orientação...
- Aspectos particulares a considerar na organização de competições formais em espaços não previamente codificados.
- Aspectos específicos no planeamento e na organização de actividades formais:
 - A preparação das instalações e dos equipamentos afectos ao evento.
 - As marcações de percursos, os postos e cartões de controlo.
 - As medidas a tomar pós-evento, de modo a garantir a funcionalidade das instalações.
 - A avaliação dos eventos. O relatório da actividade. Os indicadores de participação (nº de participantes, idade, sexo, etc.). O tratamento estatístico.
 - As instalações, o equipamento e o material – bolas, apitos, boletins de jogo...
 - Os regulamentos das diferentes modalidades.

(desportos) seleccionadas.

3.6. O aluno elabora relatórios de actividades, eventos ou análises estatísticas de jogos ou outras tarefas, no computador, utilizando uma Folha de Cálculo.

- Os recursos humanos indispensáveis ao funcionamento regular da actividade.

- Colocar e alterar dados numa folha de cálculo.
- Criar e formatar tabelas, inserir linhas e colunas, mover, copiar e limpar células.
- Inserir janelas de texto.
- Gravar e imprimir.
- Construir gráficos, de acordo com os dados e objectivos da representação gráfica.
- Seleccionar e modificar tipo de gráfico.
- Criar e alterar configuração de gráficos.
- Localizar e imprimir gráficos.
- Utilizar fórmulas simples.
- Inserir comentários e ordenar e filtrar dados.

SUGESTÕES METODOLÓGICAS

Este bloco programático, pela sua especificidade, poderá ser tratado em qualquer momento do ano lectivo, já que não necessita de aquisição de competências de pré-requisito (excepto aquelas que advêm do tratamento dos blocos programáticos de ODD e de PDR dos 10º e 11º anos). A sua calendarização depende essencialmente da estratégia do professor na gestão do seu plano anual, de acordo com as condições em cada escola e do percurso formativo anterior.

Aconselha-se que preferencialmente seja um bloco tratado no tempo, de uma forma concentrada e contínua. Mas, por questões de gestão do plano anual, é possível que ele possa igualmente ser abordado de uma forma distribuída. Neste caso, convém concentrar um conjunto de tarefas com relação directa entre si. Por exemplo, o planeamento da actividade num determinado momento, para mais tarde acontecer a realização e o acompanhamento da actividade.

Sugere-se que os alunos possam realizar os dois tipos de actividade – de promoção da actividade física e competitivas formais. Na impossibilidade de isto poder acontecer, é conveniente que pelo menos se organize a actividade em projecto (simulação) ou que a sua realização seja de âmbito reduzido (por exemplo para a turma). Nestes casos, os aspectos de fundamentação das várias opções organizativas devem estar muito presentes e visíveis.

Algumas das competências já adquiridas, como por exemplo as que dizem respeito aos audiovisuais e à observação e registo, podem e devem ser solicitadas nestes momentos.

Sugere-se que estas actividades possam ser preparadas e realizadas pelos alunos divididos em diversos grupos-tarefa, de acordo com processos de avaliação formativa desencadeados pelo professor.

BLOCO PROGRAMÁTICO
4

CRÉDITOS

CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PROGRAMÁTICO

Em qualquer momento do ano lectivo, de acordo com o plano anual da turma, podem desenvolver-se momentos de "créditos" para a realização de actividades que, pelos seus aspectos específicos ou exigências materiais, não possam ser concretizadas na escola ou necessitem de uma organização flexível da carga horária.

Estes créditos podem ser concebidos com orientações distintas:

- *uns vocacionados para o desenvolvimento de competências específicas das actividades físicas não leccionadas nos anos anteriores da disciplina (10º e 11º ano), alargando o reportório dos alunos no âmbito das actividades físicas, não só do ponto de vista técnico mas também organizativo e de segurança.*
- *outros, mais dirigidos para a qualificação dos alunos em áreas de formação relacionadas e /ou complementares e que, preferencialmente, possibilitem o desenvolvimento e a certificação de competências numa dada área de intervenção.*

Assim sendo, são exemplo de créditos, quer a realização de actividades desportivas alternativas às já vivenciadas, quer a frequência de cursos de Nadador Salvador, Suporte Básico de Vida, manutenção de piscinas, monitor para campos de férias desportivas/ aventura, etc.

As características específicas para o funcionamento deste bloco admitem a possibilidade, desejável, de se estabelecerem parcerias com entidades (clubes, federações, associações, escolas de formação, etc.) que possam garantir o seu funcionamento.

COMPETÊNCIAS

4.1 O aluno pratica as actividades seleccionadas, aplicando com correcção global as técnicas específicas, respeitando as regras de organização, participação e segurança.

OBJECTO/MATÉRIA

- As acções técnicas específicas da(s) actividade(s).
- As condições de segurança.
- Os recursos materiais.
- Os aspectos regulamentares e organizativos.

COMPETÊNCIAS	OBJECTO/MATÉRIA
As competências específicas do curso/formação em causa.	- Os conteúdos/técnicas específicas do curso/formação em causa.

SUGESTÕES METODOLÓGICAS
<p><i>O tipo de actividades a seleccionar para dar corpo a este bloco programático está muito dependente da leitura feita em cada escola, do percurso formativo anterior, dos interesses e motivações dos alunos.</i></p> <p><i>Não haverá um quadro específico que oriente essas escolhas, sendo todavia de considerar alguns parâmetros que a possam balizar.</i></p> <p><i>Assim, o interesse manifestado pelos estudantes, actividades a que a disciplina de Educação Física não conseguiu dar resposta ou deu de forma insuficiente, actividades com forte implantação local e que necessitem de um maior aprofundamento, actividades que se perspectivem como potencialmente interessantes a breve prazo, etc., são elementos a considerar na selecção dos créditos a fornecer.</i></p> <p><i>Naturalmente que essa selecção terá também de passar pelas reais possibilidades de concretização, ainda que essas possam passar pelas mais diversas formas, dependentes da capacidade de estabelecer parcerias, quer locais, quer mesmo com entidades de âmbito nacional.</i></p> <p><i>Não é todavia de deixar de considerar, no actual momento de desenvolvimento das Actividades Físicas, e considerando o perfil geral do curso, o recurso com regularidade a Actividades de Exploração da Natureza, sector certamente dos mais privilegiados de ocupação profissional futura dos formandos.</i></p> <p><i>O desenvolvimento dos créditos dirigidos para a aquisição de competências de intervenção técnica especializada em determinado domínio (ex: nadador salvador) deve decorrer de acordo com as condições concretas da parceria estabelecida com a entidade promotora.</i></p>

IV – Bibliografia

Além da bibliografia de apoio ao trabalho do professor que a seguir apresentamos, pode ser também considerada a que consta nos programas das disciplinas de ODD e de PDR.

Obras que tratam o tema da ESTATÍSTICA

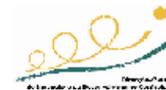
Barreiros, M. (1984). *Métodos de Análise Quantitativa* (vol. I). Lisboa: ISEF.
Mialaret G. & Pham, D. (1967) *Statistique à l'usage des éducateurs*. Paris: Presses Universitaires de France.

Obras que tratam o tema dos MEIOS AUDIOVISUAIS

Ferrès, J. (1988). *Como integrar el video en la escuela*. Barcelona: Ediciones CEAC.
Millerson, G. (s/d). *Técnicas da câmara de vídeo*. Lisboa: Gradiva.
Pastor, C. (1981). *Características técnicas y utilización del video*. Cuadernos de Pedagogia.
Serra, F. (s/d). *A arte e a técnica do vídeo – do roteiro à edição*. Summus Editorial.

Obras e artigos relativos ao PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO

Araújo, J. (1986). *Guia do Animador e Dirigente Desportivo*. Lisboa: Caminho.
Cardoso, L. (1999). *Gestão Estratégica das organizações. Como vencer os desafios do séc. XXI*. Lisboa: Verbo.
Farmer, P., Mullrooney, A. & Ammon, R. (1996). *Sport Facility planning and management*. Morgantown: Fitness Information Technology.
Roche, F. (1998). *La planificación estratégica en las organizaciones deportivas*. Barcelona: Paidotribo.
Rubingh, B. (1998). *Marketing, Federações e Desporto*. Lisboa: ODD/CEFD.
Sá, C. & Sá, D. (1999). *Marketing para Desporto*. Porto: IPAM.
Sancho, J. (1997). *Planificación deportiva. Teoría y practica*. Barcelona: INDE publicaciones.



Obras de referência sobre aspectos relativos à organização de actividades de promoção de actividade física

- Andrés, O. (1996). *Manual práctico de organización desportiva*. Madrid: Gymnos Editorial.
- Barata, T. et al. (1997). *Actividade Física e Medicina Moderna. Sobre(o)viver*. Lisboa: Europress.
- Câmara Municipal de Oeiras (1992). *Os espaços e os equipamentos desportivos. Actas do Congresso Europeu do Desporto para Todos*. Oeiras: Autor.
- Gorsel, J. Van (1985). *Desporto como factor de saúde* Seminário Desporto e Autarquias – relatório. DGD. Lisboa: Conselho da Europa.
- Jesus, M. (1987). *Promoção desportiva. Alguns considerandos*. Lisboa: DGD.
- Sardinha, L., Matos, G. & Loureiro, I. (eds.) (1999). *Promoção da Saúde, modelos e práticas de intervenção nos âmbitos da Actividade Física, Nutrição e Tabagismo*. Lisboa: Edições FMH.
- Secretaria de Estado do Desporto (2000). *Seminário internacional Saúde e Condição Física. Avaliação e prescrição do Exercício Físico*. Lisboa: Autor.

Artigos sobre aspectos relativos à organização de actividades de promoção de actividade física

- Appell, H. & Mota, J (1991). Desporto e envelhecimento. *Horizonte* (vol. VII) n.º 44, p. 43.
- Brito, A. P. (1991). A Animação Desportiva nos espaços urbanos tradicionais. *Horizonte* (vol. VIII) n.º 46, p. 153.
- Hildebrandt, R. & Costa V. (1991). O desporto em idade avançada. *Horizonte* (vol. VII) n.º 43, p. 18.
- Ramilo, T. (1991). Por uma política desportiva de lazer e bem-estar. *Horizonte* (vol. VII) n.º 42, p. 211.

Obras de referência sobre aspectos relativos à organização de competições desportivas formais

- Andrés, O. M. (1996). *Manual práctico de organización desportiva*. Madrid: Gymnos Editorial, S. L..
- Câmara Municipal de Oeiras (1992). *Os espaços e os equipamentos desportivos. Actas do Congresso Europeu do Desporto para Todos*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Federações. *Livros de Regras e Regulamentos Técnicos e outros regulamentos*.
- Lima, T. (1982). *Fora o árbitro!*. Lisboa: Editorial Caminho.



- Lima, T. (1987). *Alcance educativo da competição*. Antologia de Textos n.º 54. DGD.
- Oliveira, J. (s/d). *Manual de sistemas de competição*. Lisboa: ME, GCDE.
- Rubingh, B. (1998). *Marketing, Federações e Desporto*. Lisboa: ODD/CEFD.
- Sá, C. & Sá, D. (1999). *Marketing para Desporto*. Porto: Edições IPAM.

Obras de referência sobre aspectos relativos à recolha de informação no âmbito das actividades desportivas

- Guterman, T. (1998). *Informática Y deporte*. Barcelona: INDE Publicaciones.
- Sarmiento, P., Moreira, M., Carneiro A. & Ferreira C. (1991). *Antologia de textos – desporto Anos 2000 – A observação dos movimentos desportivos*. Lisboa: DGD – DDI.

Obras que tratam aspectos relativos ao tratamento da informação recolhida, no âmbito das actividades físicas e desportivas

- Barreiros, M. (1984). *Métodos de Análise Quantitativa* (vol. I). Lisboa: ISEF.
- Marivoet, S. (1987). *Metodologia da carta da procura da prática desportiva*. Lisboa: MEC/DGD.
- Mialaret, G. & Pham, D. (1967) *Statistique à l'usage des éducateurs*. Paris: Presses Universitaires de France.